

## A MENTE ESTENDIDA ALÉM DO DISCURSO: A ESFERA PÚBLICA VIRTUAL COMO TECNOLOGIA COGNITIVA

[THE MIND EXTENDED BEYOND DISCOURSE: THE VIRTUAL PUBLIC SPHERE AS COGNITIVE TECHNOLOGY]

*Camila Moura Pinto \**

Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

**RESUMO:** O artigo promove a interface entre áreas do conhecimento geralmente desvinculadas propondo um olhar trans-habermasiano à esfera pública. Seu objetivo é pensar a formação política e sua interface com a esfera pública virtual a partir de dois caminhos argumentativos. O primeiro, indo de encontro ao próprio Habermas, concebe a esfera pública virtual como tecnologia cognitiva à luz das teorias da mente estendida (CHALMERS e CLARK, 1998). O segundo procura fundamentar a ideia de que a formação política atual deva ser compreendida sob dois eixos: a partir dos efeitos de sentido, relacionados à hermenêutica do discurso, onde é possível inserir o próprio Habermas; e os efeitos de presença, que dialogando com o campo não hermenêutico, chamam atenção para a própria presença dessas tecnologias cognitivas e seus desdobramentos na cognição social e política na atualidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** mente estendida; esfera pública virtual; cognição incorporada e corporificada

**ABSTRACT:** The article promotes interfaces between areas of knowledge generally disconnected, proposing a trans-Habermasian point of view about the public sphere. The objective is to think about political formation and its interface with the virtual public sphere from two argumentative paths. The first one, against Habermas himself, presents the virtual public sphere as cognitive technology following the theory of the extended mind (CHALMERS and CLARK, 1998). The second argument defends the idea that the current political formation must be understood under two axes: from the effects of meaning, related to the hermeneutics of discourse, where it is possible to insert Habermas himself; and the presence effects, which in dialogue with the non-hermeneutic field, call attention to the very presence of these cognitive technologies and their unfolding in social and political cognition today.

**KEYWORDS:** extended mind; public virtual sphere; embodied embedded cognition

### INTRODUÇÃO

O artigo promove a interface entre áreas do conhecimento geralmente desvinculadas: reflexões sobre a esfera pública, a formação política atual e algumas teorias da cognição e mente estendida. Seu objetivo é tecer reflexões acerca de uma lacuna observada no pensamento de Jürgen Habermas. Embora o filósofo avance bastante na compreensão sobre o tema, definindo a esfera pública como um espaço de atos de fala e deliberação de ideias, suas ideias, com ênfase na hermenêutica acabam por excluir alguns aspectos centrais dos processos formativos humanos. Essa ausência inclui

\* Coordenadora do curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Minas Gerais-UEMG de Passos. Contato: [camila.pinto@uemg.br](mailto:camila.pinto@uemg.br)

o corpo, reduzido ao gestual da comunicação, assim como suas extensões, como é o caso de algumas tecnologias da informação, abordadas como meros instrumentos voltados à comunicação. É justamente este ponto cego, defende-se, que o faz desconsiderar, por exemplo, as redes sociais e seus efeitos na democratização dos espaços públicos (HABERMAS, 2006).

Realizado esse diagnóstico, assume-se não somente a tarefa de aceitar a rede mundial de computadores como esfera pública, no sentido de compreendê-la como central à política, mas apresentar a esfera pública virtual como tecnologia cognitiva, central aos processos de cognição social e política atual, construindo um olhar trans-habermasiano ao conceito incluindo o corpo e suas extensões como agentes centrais dos processos de formação e conscientização política. Para tal empreitada foram utilizadas algumas reflexões das teses fortes da *embodied embedded cognition*<sup>1</sup> optando, particularmente, pela teoria da mente estendida de Andy Clark e David Chalmers, apresentada no final do século passado.

De acordo com eles, em algumas circunstâncias, algumas tecnologias podem ser consideradas extensões da mente humana, logo, de suas capacidades cognitivas (CHALMERS & CLARK, 1998). A argumentação dos autores gira em torno da ideia de que a cognição humana é um sistema integrado que inclui mente, corpo e mundo. Isso significa dizer, em última instância, que a mente humana não se restringe ao cérebro e algumas de suas funções, como memorizar ou raciocinar, mas é variável podendo se modificar e até se estender para fora do corpo biológico.

Seguindo essa linha, a esfera pública virtual pode ser considerada uma tecnologia cognitiva, não apenas por distribuir informação e conhecimento em redes virtuais, mas porque integra um sistema estendido de cognição (PINTO, 2019). Nesse sentido, há uma espécie de hibridismo bio-técnico que permite considerar celulares e *notebooks*, por exemplo, parte da mente humana. Nesse sentido, os autores se debruçam não sobre a localização da mente, suas funções ou atividades, mas sobre sua redefinição como uma atividade corporal. Assim, a esfera pública virtual, enquanto tecnologia cognitiva, constitui o aparato cognitivo dos sujeitos em interação nas redes virtuais, pois não é apenas discurso, mas interação de corpos híbridos em associação.

Partindo dessas associações, o artigo chama a atenção para a necessidade de ir além das análises orientadas exclusivamente pela hermenêutica, enfatizando a centralidade da atividade corporal na percepção humana (NOË, 2004, 2012) e a materialidade da comunicação em seus processos de significação (GUMBRECHT, 2010). Essa abertura permite pensar os efeitos da presença das tecnologias conectadas em rede na formação política atual e sua interface com a esfera pública para além de seu viés discursivo, ou nas palavras de Hans Ulrich Gumbrecht, para além dos efeitos de sentido.

A conclusão reafirma a necessidade de se preencher a lacuna deixada pelo pensamento habermasiano, mas, sem perder de vista a ideia central de seu pensamento: de que a esfera pública é, por princípio, espaço de atos de fala e de discussão de ideias. O objetivo deste artigo, ao contrário, é, contribuir com esse repertório analítico englobando, além dos efeitos de sentido, os efeitos da presença das tecnologias conectadas em rede e suas implicações na formação política atual.

## 1. POR UMA ESFERA PÚBLICA TRANS-HABERMASIANA

A expressão esfera pública é bastante conhecida na área da Ciência Política onde é “naturalmente” associada ao filósofo Jürgen Habermas, responsável por apresentar

não somente sua definição histórica, mas a modificação do próprio conceito, perceptível ao longo de sua vida acadêmica. Em *Mudança estrutural da esfera pública* (HABERMAS, 2003), busca sua origem filosófica na Grécia Antiga a partir das ideias de *agora* e da antítese público X privado como a base da política. Apesar de apresentar os seus princípios fundamentais na cultura clássica, é na modernidade que Habermas encontra a manifestação de um tipo ideal de esfera pública.

Introduzida como filha do Iluminismo e do Racionalismo, o conceito de esfera pública, tal como idealizado pelo autor, representa a própria democracia decorrente da liberdade do discurso racional buscando entendimento mútuo via uso público da razão através do debate de ideias. Tendo como fio condutor o seu tipo ideal, ou seja, a esfera pública burguesa, Habermas define este espaço como o lugar do diálogo franco e da deliberação de ideias travada entre homens cultos que utilizavam-se dos espaços dos cafês e salões para dialogar e refletir acerca dos mais variados assuntos, dentre eles a política. Sua caracterização histórica atrela-se à ampliação da esfera literária e de sua transformação em esfera política, chamando atenção para a relação entre a ascensão não somente econômica, mas intelectual e política da burguesia.

O problema apontado por Habermas é que esse alargamento não significa a democratização da esfera pública, mas sua redução. Ao exprimir sua opinião política como opinião pública, as elites burguesas colonizam o espaço público através da monopolização do discurso pelas mídias sob seu controle (HABERMAS, 2003). Assim, o livro de Habermas: *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, em seu cerne, discute a intrínseca relação existente entre a privatização e colonização da esfera pública por interesses privados, acarretando em sua desconfiguração.

Em resumo, a análise habermasiana aponta para a ascensão de uma mídia de massa que reduz a esfera pública, esvaziando-a e a despoliticizando, pois manipula a opinião pública a partir do controle do discurso, concentrado na mão de grandes conglomerados empresariais. Ou seja, há uma mudança estrutural na esfera pública provocada por sua própria ampliação, de um público culto e leitor, que se utilizava de cafês e salões para debater assuntos diversos inclusive a política, para uma massa inculta e não leitora, manipulada e conduzida, em termos de ideias e posicionamento político, pelos meios de comunicação, colonizados por interesses privados.<sup>2</sup>

O livro sofreu uma série de críticas que apontavam, sobretudo, para a idealização excessiva do conceito e sua caracterização demasiadamente afastada do real, prevalecendo sua concepção ideal enquanto espaço discursivo voltado ao entendimento mútuo e não um espaço político de disputas e de poder. Uma das críticas aponta que Habermas apresenta uma lei geral para compreender uma temporalidade específica, a esfera pública burguesa. Seria, então, pertinente defini-la como múltiplos espaços públicos ou esferas públicas, pois a deliberação política não se dá em um espaço homogêneo, mas entre diferentes grupos sociais (CALHOUN, 1992). Nancy Fraser, seguindo a mesma tendência, chama atenção para a inexistência de esferas públicas subalternas, apontando a exclusão de atores políticos como mulheres, pobres e negros da definição habermasiana de esfera pública. Seu diagnóstico a faz defender a inviabilidade empírica do conceito apontando que a esfera pública de Habermas resume-se a um reduto burguês liberal (FRASER, 1992).

Outras críticas, como por exemplo as feitas por Mckee e Gilroy (apud AVRITZER e COSTA, 2004), afirmam que um dos grandes problemas é centralizar a ideia de uso público da razão em sua forma discursiva verbal. Preocupados em compreender e defender outras formas de expressão na esfera pública, chamam atenção para sociedades como a africana, por exemplo, onde a cultura oral é central na disseminação do conhecimento e no debate público. Propõe, assim, ampliar sua

concepção, criticando sua definição a partir de um público apto a argumentar.

Essas e outras críticas levaram o próprio Habermas a revisitar sua configuração original buscando ampliar o conceito para torná-lo menos ideal e elitista, adequando-o historicamente às transformações culturais, sociais, políticas e midiáticas (LUBENOW, 2007). No prefácio à edição de 1990, Habermas encaminha essa revisão conceitual desdobrada em dois momentos distintos.

Primeiramente, assume a possibilidade da “re-politização” da esfera pública considerando seu potencial emancipador, ancorada pela área da Sociologia da Comunicação que chama atenção para os usos e apropriações das mídias. A partir deste levantamento, Habermas desenvolve a sua teoria da ação comunicativa, baseada na divisão da sociedade em dois níveis, o Sistema e o Mundo da Vida (HABERMAS, 2012 a). A partir desta análise, seu desenho conceitual acerca da definição de esfera pública passa a ser redefinida por sua função discursiva e não somente por sua função política.

De acordo com Avritzer e Costa (2004) e Lubenow (2007), Habermas, após a teoria do agir comunicativo, sente a necessidade de esmiuçar a função da esfera pública para além de um público apto a debater, privilegiando a abordagem de como ela se faz politicamente influente em um mundo dominado pelas mídias e pelos meios de comunicação. Indo além, propõe, ainda, que a esfera pública seja compreendida a partir de um modelo procedimental de Democracia, profundamente legitimada e ancorada por procedimentos formais de deliberação, que entre eles, inclui-se as esferas informais do mundo da vida. Dados esses novos rumos, como pensar a rede mundial de computadores no arranjo atual da esfera pública, ou seja, incluindo a rede mundial de computadores nesta conversa?

Em uma reflexão publicada em 2006, Habermas coloca a sua opinião contrária à ideia de uma esfera pública virtual levantando dois problemas centrais (HABERMAS, 2006). O primeiro se refere à inexistência de contato presencial nas interações virtuais, o que, em sua visão, impede o debate genuíno de ideias. Sua crítica é baseada na argumentação de que a falta de interação face-a-face acarreta em “Patologias” na comunicação, pois o ambiente virtual deixa escapar gestos, expressões e certas intonações da linguagem verbal, que podem causar ruídos na comunicação. O segundo relaciona-se ao caráter fragmentado da comunicação nas redes virtuais cuja tendência é a disseminação de discursos fugazes que na maioria das vezes não unifica pautas e agendas políticas. Este problema evidencia o pessimismo do autor que defende que essa fragmentação enfraquece a esfera pública ao invés de fortalecê-la.

Como foi apresentado, as primeiras críticas ao conceito de esfera pública direcionaram-se ao seu caráter ideal e elitista no campo da política, contribuindo para a sua revisão conceitual no campo da comunicação, a proposta a seguir é tecer críticas ao caráter imaterial e descorporificado da esfera pública, revisitando o conceito para além de sua perspectiva hermenêutica.

## 2. WE ARE ALL CYBORGS: A MENTE ESTENDIDA ALÉM DO DISCURSO

Para ampliar o entendimento sobre a esfera pública para além do discurso, buscou-se por novas definições sobre a mente e a inteligência humana que compreendam a racionalidade como atividade corporal/mental e não somente relacionada ao discurso e à comunicação. Entre alguns caminhos possíveis, as teses da *embodied embedded cognition* parecem as mais adequadas. Este conjunto de teorias visa compreender os processos cognitivos humanos a partir de alguns princípios norteadores, como por exemplo: o agir sobre o mundo é condição central para a

formação humana, assim como os sentimentos e as emoções. Dessa forma, não é possível aprender sem um corpo, pois a cognição não se reduz às suas funções e fenômenos mentais, necessitando de uma, ou mais, base material para acontecer. Seguindo a mesma lógica, é igualmente fundamental o trabalho das conexões neurais, que de acordo com alguns autores além de ocuparem todo corpo humano, podem se estender sob o ambiente.

Apesar de partirem dessas concepções, o grande conjunto denominado *embodied embedded cognition* pode ser desmembrado em teses fracas e teses fortes (SHAPIRO, 2014). As primeiras trabalham com a ideia de que o mundo material, incluindo as tecnologias e objetos que utilizamos em nossas rotinas diárias são essenciais à cognição, pois possuem a função de intermediar os processos formativos humanos. A cognição é privada e se confunde com a ideia de racionalidade resumindo-se à criação, desenvolvimento e aprimoramento de certas habilidades mentais como lembrar, perceber, consolidar etc.

Diferentemente destas, as teses fortes defendem que o mundo material, os objetos e tecnologias que o cercam são partes constitutivas do aparato cognitivo. Os autores pertencentes a este grupo acreditam, por exemplo, que *notebooks* e agendas, ao desempenharem algumas funções da memória biológica deveriam ser consideradas tão importantes quanto o cérebro e os neurônios na orquestra cognitiva (CLARK, 1997).

Essas prerrogativas levaram alguns autores a problematizarem não somente a visão estabelecida sobre a cognição, mas do próprio funcionamento da mente humana. Rompendo as barreiras do corpo, tanto a definição de mente quanto a de racionalidade são definidas a partir de sua natureza ciborgue, constituída tanto de elementos biológicos quanto tecnológicos (CLARK, 2003). Para além de suas capacidades comunicativas ou atreladas a um eu capaz de desenvolver uma consciência individual, os seres humanos são corpos híbridos, associados e em interação. Assim, é um corpo constantemente associado às tecnologias que o cercam, o sujeito que aprende.

Andy Clark e David Chalmers criaram o conceito de mente estendida, uma saída interessante para pensar a ampliação da compreensão da esfera pública virtual além do viés hermenêutico habermasiano. Tendo como orientação teses funcionalistas da mente, os autores desenvolveram o argumento de que a mente não precisa estar necessariamente confinada na caixa craniana para desempenhar algumas de suas funções podendo estender-se sobre o mundo (TEIXEIRA, 2014). Ou seja, não é uma questão de localização da mente, ou mesmo do que seja a mente, mas de como ela funciona, quais funções desempenha e seus atributos. Logo, ela mesma é um produto da atividade corporal, pois impossibilitada de existir fora de suas bases físicas. Acrescentam, ainda, que estas bases não precisam estar necessariamente no cérebro ou mesmo em alguma parte do corpo, advogando que os objetos do mundo material são tão constitutivos da cognição quanto um neurônio.

No ano de 1997, Andy Clark publicou um livro intitulado: *Being there: putting brain, body and world together again* que entrelaça discussões provenientes de diferentes áreas do conhecimento como a Fenomenologia, a Inteligência Artificial e a Robótica. Lança mão, ainda, da cognição de diferentes animais como o polvo e a aranha em suas análises. Utilizando-se dessa miríade opõe-se, por exemplo, ao argumento de que a mente seja o repositório de nossas ideias e o lugar do armazenamento de nossas percepções. Ao contrário, defende que a mente é ativa e funcional, devendo ser caracterizada a partir de suas condições de ação, sempre materiais e mutáveis. Sendo assim, não é possível caracterizar a mente, mas seu funcionamento e sua manifestação a partir da forma como se relaciona com a materialidade do mundo.

As representações internas que a mente usa para guiar as ações podem, assim, ser entendidas como estruturas de controle específicas da ação e do contexto, em vez de recapitulações passivas da realidade externa (CLARK, 1997, pos. 604 de 3277- kindle edition).

Entre seus argumentos, um dos mais pertinente às discussões aqui apresentadas, é a ideia de que a mente e o mundo são separados por uma fronteira plástica que de acordo com a situação pode ser quebrada. Para o filósofo: “A mente é um órgão gotejante, escapando para sempre dos limites 'naturais' e misturando-se sem vergonha com o corpo e com o mundo” (Idem, pos 608 de 3277). Isso significa dizer que ela não pode ser caracterizada como uma substância imaterial, universal e nem como um lugar que recebe, armazena ou associa informações, sendo antes uma atividade corporal em associação com o mundo.

Como forma de melhor fundamentar sua teoria, Andy Clark e David Chalmers desenvolvem quatro critérios que possibilitam compreender e perceber essa ideia na prática:

- a) todos os componentes do sistema desempenham papel ativo e causal;
- b) eles conduzem o comportamento de forma conjunta e da mesma maneira que o processo cognitivo o faz;
- c) se o componente externo for removido, todo o funcionamento do sistema cognitivo fica comprometido, assim como se removêssemos parte do cérebro;
- d) esses processos de acoplamento funcionam da mesma forma que o processo cognitivo, somente não acontecem inteiramente em nossa cabeças (PINTO, 2019, p. 88).

Essas ideias estão no cerne do entendimento de que somos naturalmente ciborgues (CLARK, 2003) e que devemos considerar as tecnologias, em algumas condições de uso, como extensões da mente. Desse modo, a relação humana com as tecnologias deve ser compreendida na ordem da simbiose e não da mediação ou da técnica.

Shaun Gallagher, no artigo *The Social Extended Mind*, (GALLAGHER, 2013), buscando ampliar o entendimento sobre a mente estendida para além da perspectiva funcionalista defendida por Clark e Chalmers em 1998, defende que o conceito de extensão da mente não deveria se restringir a interação individual homem-máquina. Pensando a dimensão social e política da cognição, argumenta que a mente não incorpora somente *notebooks*, *tablets* ou agendas como constitutivos da mente e da cognição, mas também normas sociais, estruturas de comportamento e a própria cultura. Ou seja, a cognição não se estende apenas no sentido de incorporar ferramentas, tecnologias e instituições como parte da orquestra cognitiva, mas trabalha de fora para dentro, dando forma à cognição.

tecnologias, ferramentas e as instituições muitas vezes moldam nossos processos cognitivos fazendo nossos cérebros trabalharem de um certo jeito, podendo até eliciar mudanças plásticas na estrutura neural (GALLAGHER, 2013, p.7)

Resumidamente, isso significa dizer que existe uma relação orgânica entre as estruturas sociais e nossa biologia. O autor compreende os sistemas sociais como constituídos de instituições mentais [*mental institutions*], no sentido de que não são apenas instituições pelas quais realizamos certos processos cognitivos (como, por exemplo, julgar), mas que sem elas o próprio processo cognitivo não existiria. Nossos julgamentos e posicionamentos são, então, socialmente construídos no sentido de que os sistemas culturais que os sustentam são calcados por instituições mentais que possibilitam o próprio ato de julgar e que são exteriores ao nosso corpo.

A mente, então, é socialmente estendida não somente do ponto de vista da

funcionalidade que adquire ao incorporar esses objetos, mas sobretudo porque os próprios sistemas culturais, sociais, políticos etc. são extensões de nossa mente.

### **3. O EFEITO DE PRESENÇA: ESFERA PÚBLICA ALÉM DO DISCURSO**

Já não é possível negar a existência de uma esfera pública virtual como termômetro do cenário político mundial e nem que a rede mundial de computadores tenha efeitos positivos e nefastos sobre a humanidade e que isso vai além dos conteúdos nela depositados e compartilhados. Paul Smart, seguindo a tendência de uma linha não individual da mente estendida defende a *web extended mind* (SMART, 2012). A utilização que fazemos da internet atrela-se intimamente a maneira acoplada com que usamos seus dispositivos. Smartphones, notebooks, tablets e braceletes eletrônicos são exemplos para pensar não somente a forma como esses usos modificam individualmente a cognição, mas coletivamente. Cria-se uma espécie de cultura da associação e do hibridismo que passa a ser ingrediente central na construção das percepções de mundo, pois a *web* passa a fazer parte das mentes humanas.

Ao direcionar suas reflexões para a rede mundial de computadores, amplia a noção de mente socialmente estendida ao espaço virtual, enfocando não somente o caráter social e político da teoria da extensão da mente, mas também virtual da mente estendida. Ao abrigar a *web*, a mente passa a funcionar em simbiose com a rede mundial impactando e transformando o funcionamento mental e cerebral, devido a plasticidade do órgão e dos neurônios, impactando a cognição e a percepção.

Desconsiderando a imbricação das ações corporais mediadas pela tecnologia e a plasticidade do funcionamento neural na criação de nossas percepções de mundo, Habermas no artigo já mencionado *Political Communication of Normative Theory on Empirical Research in Media Society: Does Democracy Still Enjoy an Epistemic Dimension?*, coloca-se em posição crítica à ideia de que as deliberações nas redes virtuais da *internet* possam ser consideradas esfera pública. Partindo da noção de racionalidade comunicativa, chama atenção para dois problemas centrais: (a) a falta de reflexividade, oriunda de uma racionalidade comunicativa deficiente e b) falta de interação face-a-face que compromete os procedimentos formais da deliberação democrática.

Tendo em vista as problemáticas apontadas é possível colocar que tendo como argumento central a ideia de razão comunicativa, a hermenêutica habermasiana acaba por reduzir a existência dos seres humanos às suas ações discursivas, descorporificando o funcionamento da mente e da racionalidade.

O filósofo Alva Noë, ao refletir sobre a percepção humana, apresenta o senso de presença [*sense of the presence*], defendendo que a percepção não é apenas uma atividade intelectual, restrita ao funcionamento cerebral e suas conexões neurais, mas um acontecimento mediado por nossas atividades corporais. Ao colocarmos o mundo em perspectiva, não o desvendamos apenas com os olhos, mas o interpretamos com nossos sentidos. Quando olhamos um dado, por exemplo, mesmo que o ângulo de visão não nos permita enxergar todas as suas faces, nossa experiência de mundo nos permite saber que elas existem. Os lados fazem-se presentes, mesmo ausentes e isso só é possível porque possuímos senso de presença, ancorado em um entendimento sensorial e tridimensional dos objetos (NOË, 2012). Um de seus argumentos mais radicais consiste em defender a ideia de que muitas vezes o entendimento e a percepção sobre a realidade não são necessariamente um produto do pensamento intelectual, pois possuímos algumas habilidades corporais inatas que são fundamentais para a nossa

sobrevivência.

Você não é o seu cérebro e a sua amiga não é uma construção dentro de você. Ela não é uma representação na sua mente e os seus pensamentos e sentimentos não estão escondidos dentro de sua cabeça. Sua consciência dela e do grande mundo ao seu redor não é uma parceria intelectual. O mundo não é uma projeção em uma tela de cinema (NOË, 2012, pos. 170 de 3793).

Na interação com o meio, a atividade corporal participa da exploração e compreensão do mundo e isso se faz pela presença e mediação tecnológica. O conceito de *affordance* envolve a relação “naturalmente técnica” que alguns animais, incluindo os seres humanos, estabelecem com o mundo. Os objetos da natureza transformados em ferramentas por primatas, e por nós mesmos, é um excelente exemplo. Há certas funcionalidades e qualidades inerentes em certos objetos que são simplesmente reveladas [*just by looking*], sem necessidade de explicação. O conceito de *affordance* relaciona-se não apenas a capacidade cognitiva de produzir artefatos e tecnologias, mas de utilizar o mundo como sustentáculo cognitivo. (BARENTJEN e TRETTEVIK, 2002)

O senso de presença de Alva Noë aproxima-se da noção de *affordance*, no sentido de que não devemos apartar a exploração sensorial da realidade e sua significação intelectual, pois a natureza de nossa espécie é impelida a se engajar e a significar o mundo e faz isso através da mediação corporal, que envolve a ideia de um corpo híbrido e associado às tecnologias que o cercam.

O mundo mostra-se para nós, mas não se mostra gratuitamente. Este é o principal foco deste livro. Nós alcançamos acesso ao mundo ao nosso redor através de um engajamento habilidoso. E somos nós que alcançamos e implantamos as habilidades necessárias para colocar o mundo em foco (NOË, 2012, pos 84 de 3793).

Uma outra abordagem, que visa superar a centralidade da hermenêutica a partir da relativização da ideia de presença, é a discussão de Hans Ürich Gumbrecht. A noção de presença que apresenta contrapõe-se ao estatuto hegemônico da hermenêutica, chamando atenção para os efeitos da materialidade e da corporeidade envolvidas na comunicação, tão centrais à significação quanto a operação simbólica de conteúdos.

Aproximando-se das teses aqui apresentadas, o autor aponta para a necessidade de superação do dualismo metodológico que privilegia o sujeito pensante e produtor de sentido. De acordo com ele, que atua principalmente no campo da linguística, é preciso colocar em questionamento premissas fundamentais do campo hermenêutico que operam na lógica do dualismo corpo/espírito, como a ideia de que o espírito conduz ao sentido e, sobretudo, a noção de que o sentido tem origem no sujeito. Nesse sentido, a atividade corporal precede à hermenêutica, no sentido de que o significado emerge da forma (GUMBRECHT, 2010).

Outro ponto combatido, importante mencionar, é a noção de que o corpo é um mero utensílio à serviço do sentido. Este ponto permite relativizar especificamente a problemática introduzida por Habermas quando desconsidera as redes virtuais como esfera pública. Não levando em questão a materialidade da comunicação e nem a mente estendida à web, Habermas não menciona pontos importantes e atuais para a reflexão acerca da interface entre esfera pública e a rede mundial de computadores.

É central, então, ultrapassar a metafísica dos sentidos e a hermenêutica do discurso, admitindo a necessidade de equalização dos efeitos de sentido e dos efeitos de presença nos processos de significação humana (GUMBRECHT, 2012). Com esta ênfase, é possível romper com visões dualistas que separam conteúdo e forma; mente e espírito; e interpretação e expressão, unificando-os.



Para Gumbrecht (GUMBRECHT, 2010), a dimensão da presença transforma a percepção estética, a partir da ideia de que as formas produzem sentidos, narrativas se revestem de novos significados à medida que mudam de suporte, havendo uma afetação recíproca entre o meio e a mensagem. Para dar um pouco de concretude ao seu pensamento, tomemos como exemplo a percepção musical. É consenso que a ativação sensorial despertada ao ouvir uma música na vitrola, em um CD Player e em formato mp3 é distinta. Cada mídia toca-nos de uma forma única ao produzir diferentes sentidos. E isso para não mencionar a música tocada ao vivo em um show ou concerto que arrepia o corpo inteiro!

Entrelaçadas, as teorias de Alva Noë e as reflexões de Gumbrecht permitem levantar a possibilidade de transcender a hermenêutica quando a reflexão envolve a interface entre a cognição, a formação política e a esfera pública virtual (PINTO, 2019). Retomando o componente propriamente material da produção dos significados e percepção humana, esses autores parecem dizer o óbvio: que os sujeitos não são seres meramente comunicativos, mas que essa interação só é possível porque estamos imersos na realidade com nossos corpos híbridos e associados às tecnologias.

#### **4. À GUIA DE CONCLUSÃO: EFEITOS DE PRESENÇA**

Essa conclusão começa reafirmando-se a necessidade do preenchimento da lacuna habermasiana, mas sem recusar a definição de esfera pública como espaço deliberativo e de discussão de ideias através da busca pelo entendimento mútuo como aglutinador de pautas, bandeiras e da consciência política. Pelo contrário, interessa a esta reflexão contribuir com o repertório analítico sobre o tema englobando algumas concepções de funcionamento da mente/racionalidade que chamam atenção para os aspectos corporais e tecnológicos da cognição e a partir deles repensar as próprias bases que utilizamos para discutir os processos de formação política e sua imbricação bio-sócio-técnica, bastante explícita nos dias atuais.

Nesse sentido, há de se fazer justiça à Habermas, pois o autor nunca esteve preocupado em formular uma teoria que procurasse relacionar a esfera pública à cognição humana, muito menos pensar essa relação a partir das interações virtuais. Nunca foi o seu objetivo refletir sobre as funções cognitivas da esfera pública, por isso é interessante a ampliação do conceito, considerando-a não apenas um espaço discursivo, mas tecnologia cognitiva (PINTO, 2019). De certo modo, o conceito continua modificando-se para se adequar aos contextos comunicacionais em voga e, no caso deste artigo, também se transforma, mas no sentido de pensar seus efeitos na percepção e cognição humana.

A esfera pública virtual, assim, não somente é possível como sua presença em nossas rotinas diárias integra um sistema estendido e híbrido (biológico e não biológico) que impacta a dimensão social e política da cognição. Essas transformações formam redes não apenas de comunicação e política, mas de conhecimento e de distribuição da aprendizagem que estruturam, moldam e modificam o próprio funcionamento da mente.

Tomar essa associação e hibridização bio-sócio-técnica como argumento central permite compreender a formação política atual para além de uma consciência política atrelada apenas ao letramento e à educação crítica, levando em consideração a plasticidade da mente. Desse modo, se pensarmos que a relação que estabelecemos com as tecnologias deve ser compreendida pela tônica da simbiose ou da mente estendida, a formação política atual deve incorporar em sua definição tanto os efeitos de sentido,

relacionados ao conteúdo das mensagens e da interação discursiva nas redes; quanto os efeitos de presença, próprios da relação orgânica e sensorial que estabelecemos com o mundo.

Defende-se, então, que a formação política atual deveria ser considerada a partir do efeito da presença, organicamente acoplada e híbrida das tecnologias. Essa alegação se justifica pela intensidade dessa hibridização, que se dá a tal ponto que modifica não somente a fronteira plástica existente entre mente e corpo, mas a própria cognição, transfigurando nossos julgamentos e percepções.

Conjugando as reflexões de Shaun Gallagher e Paul Smart é possível conceber que as mentes humanas não somente estendem-se para a esfera pública virtual, mas que a *web extended mind* produz transformações cognitivas ao nível social e político, pois altera as instituições mentais [*mental institutions*]. Ao nos engajarmos na *web*, não incorporamos apenas normas e valores próprios daquele meio, mas partilhamos nosso próprio funcionamento mental.

Uma das facetas dessa hibridização bio-sócio-técnica, pode estar relacionada a instabilidade epistemológica da ciência e como isso vem polarizando a política em diversas partes do mundo. Para refletirmos sobre a questão, basta se aventurar em uma rápida navegação pelas redes sociais e as “verdades alternativas” que muitas delas defendem. Cada leitor, certamente, identificará grupos que defendem a planicidade da Terra, por exemplo. Notoriamente, haverá aqueles que negam a importância da vacinação no combate às doenças. No atual momento, cuja pandemia da Covid-19 já ceifou, até a data da revisão deste artigo, mais de quinhentas mil vidas, a questão do negacionismo científico é, sem dúvida, uma das pautas mais discutidas e relevantes da política contemporânea.

Se seguirmos a lógica das teses aqui apresentadas, esse acoplamento pode estar ajudando a lapidar novas instituições mentais não mais fundamentadas na perspectiva científica do conhecimento e racionalista da organização social, que desde o século XVII moldam e estruturam, para utilizar uma terminologia habermasiana, o mundo da vida. E por mais que a imprensa tenha colonizado a esfera pública, como apresentamos na primeira parte desse texto, o negacionismo científico e seu uso político parecem consolidar-se como questão epistemológica apenas agora, com o uso cada vez mais acoplado de tecnologias conectadas à rede mundial de computadores. Seria apenas uma coincidência ou podemos trabalhar com a hipótese de que essa seja uma das facetas da atual configuração da esfera pública?

Nas redes virtuais que compartilham “verdades alternativas” como a Terra ser plana, essas mentes/corpos híbridos formam um público debatedor. Criando uma rede que acredita e compartilha esse conteúdo, impactam a dimensão política da cognição, logo, a própria estrutura e funcionamento da mente que encontra nesses espaços terreno fértil para produzir percepções sobre a realidade bem distantes dos pilares modernos da sociedade e da própria noção de verdade científica.

Como isso acontece? Como as pessoas caem nessas “armadilhas digitais”? Qual a relação dos efeitos da presença das redes sociais virtuais com a polarização política e a intolerância discursiva que tem dividido famílias, amigos e colegas de trabalho? Como teorias da conspiração e discursos de ódio, que a qualquer olhar crítico seriam consideradas estapafúrdias como a planicidade da Terra, vem ganhando tantos adeptos e seguidores?

Uma das respostas possíveis a essas indagações pode estar contida na ideia de que sendo proveniente de um arranjo algorítmico, a base da disseminação desses grupos seria a própria presença da tecnologia, que além de acoplada aos corpos promove seu encontro, formando um público que aceita essas “verdades alternativas” tomando-as

como explicações plausíveis acerca da realidade, mesmo não tomando as pesquisas científicas como método de investigação.. A partir da interação discursiva chegam ao entendimento mútuo sobre o tema e passam a compartilhar suas próprias visões da realidade como a verdade e isso não se constrói apenas no nível do efeito de sentido, mas sob os imperativos do efeito da presença.

Por esse motivo, e o quanto antes, faz-se necessário repensar as bases teóricas e epistemológicas que conduzem as atuais reflexões sobre os processos formativos humanos, incluindo os rumos da produção do conhecimento e da organização social e política. É preciso complexificar nosso entendimento aceitando que as redes sociais virtuais não são simples ferramentas tecnológicas, mas constitutivas da cognição. No caso da formação política é preciso pensá-la a partir da ótica tanto dos efeitos de sentido quanto dos efeitos da presença dessas redes virtuais como *affordances*, ou seja, enquanto incorporadas organicamente ao aparato cognitivo, transformando a percepção sobre a realidade e impactando a dimensão social e política da cognição.

## REFERÊNCIAS

- AVRITZER, L. & COSTA, S. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. In: *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.47, nº4, 2004. p.703-728.
- BÆRENTJEN, K. & TRETTEVIK, J. An Activity Theory Approach to Affordance. In O. Bertelsen, S. Bødker, & K. Kuuti (Eds.), *Nordichi Proceedings of the Second Nordic Conference on Human-Computer Interaction*, Dinamarca, 2002. p. 51-60.
- CALHOUN, C. Habermas and the public sphere. In: *Habermas and the public sphere*, The Mit Press, Cambridge, Massachusetts, and, London, England, 1992. p.1-50.
- CLARK, A. *Being there: putting brain, body, and world together again*. The Mit Press, Cambridge, Massachusetts, and, London, England, Kindle Edition: posição 1 a 3277, 1997.
- CLARK, A. & CHALMER`S. D. The Extended Mind. *Analysis*, n. 58, p.10-23, 1998.
- FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. In: *Habermas and the public sphere*, The Mit Press, Cambridge, Massachusetts, and, London, England, 1992. p.109-144.
- GALLAGHER, S. The socially extended mind. *Cognitive Systems Research* 25-26, p. 4-12, 2013.
- GUMBRECHT, H. U. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Trad: Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 206p, 2010
- HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações Quanto a uma Categoria da Sociedade Burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 398p. 2003.
- HABERMAS, J. Political Communication of Normative Theory on Empirical Research in Media Society: Does Democracy Still Enjoy an Epistemic Dimension? *Communication Theory*, n. 16, p. 411–426, 2006.
- HABERMAS, J. *Teoria do Agir Comunicativo* (2vol). São Paulo: Martins Fontes, 1º edição, 2012.
- LUBENOW, J. A. A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas. 29/03/2007. 257p. Tese de Doutorado: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 2007.
- NÖE, A. *Varieties of presence*. Harvard: University Press. Kindle Edition: posição 1 a 3793, 2012.
- PINTO, C. M. *A mente estendida além do discurso: um olhar trans-habermasiano à esfera pública*. 1ª edição. Editora CRV, Curitiba, 222p. 2019.
- SHAPIRO, L. A. (Editor.). *The Routledge Handbook of Embodied Cognition*. Kindle edition. Posição 1 a 1097, 2014.
- SMART, P. The Web-extended mind. In: *Metaphilosophy*, v.43, n.4, p.446-463, 2012.
- TEIXEIRA, J. F. *Filosofia da Mente*. Coleção: Como ler Filosofia. Editora Paulus. Kindle edition: Posição 1 a 801, 2014.

## NOTAS

1 Cf. Shapiro, 2014.

2 Esta crítica, de teor marxista, é própria dos pesquisadores da Primeira Geração da Escola de Frankfurt e é um legado inquestionável na teoria habermasiana (LUBENOW, 2007).